

GUINÉ

REPÚBLICA DA GUINÉ

Chefe de Estado:	Sékouba Konaté (substituiu Moussa Dadis Camara em Dezembro)
Chefe de Governo:	Kabiné Komara
Penal de morte:	retencionista
População:	10,1 milhões
Esperança média de vida:	57,3 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	157/138 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	29,5 por cento

As forças de segurança executaram extrajudicialmente mais de 150 manifestantes pacíficos e feriram mais de 1500 outros durante um protesto num estádio. Dezenas de mulheres foram violadas em público. A tortura e outras formas de maus-tratos eram generalizadas. Dezenas de pessoas foram detidas arbitrariamente, incluindo em locais secretos. As forças de segurança continuaram a gozar de impunidade pelas violações de direitos humanos cometidas. Os defensores dos direitos humanos e jornalistas enfrentaram ameaças e intimidações.

Antecedentes

Em Janeiro, a CEDEAO apoiou a decisão tomada pela UA e suspendeu a Guiné até ser restabelecida a ordem constitucional no país. O presidente Moussa Dadis Camara, líder da junta militar que tomou o poder no final de 2008, prometeu realizar eleições em 2009 e garantiu que nem ele nem nenhum outro membro do Conselho Nacional para a Democracia e Desenvolvimento (CNDD) seria candidato à presidência. A popularidade do CNDD diminuiu quando ficou claro, em Fevereiro, que o presidente Camara estava relutante em cumprir a sua promessa.

Após o massacre num estádio a 28 de Setembro (ver abaixo), a CEDEAO e a UE impuseram um embargo de venda de armas à Guiné. A UA e a UE impuseram ainda sanções direccionadas contra os membros da Junta.

Em Dezembro, o presidente Camara foi ferido numa tentativa de assassinato. O general Sékouba Konaté substituiu-o de forma interina.

Uso excessivo da força e execuções extrajudiciais

As forças de segurança usaram rotineiramente força letal excessiva e desnecessária contra manifestantes pacíficos. Os responsáveis por homicídios dolosos não foram punidos. Em várias ocasiões, membros do CNDD incitaram ao linchamento de suspeitos de roubo.

■ Em Agosto, uma pessoa foi morta e outras duas ficaram gravemente feridas na localidade de Kamsar quando as forças de segurança dispersaram uma manifestação contra a falta de água e electricidade.

■ A 28 de Setembro, mais de 150 pessoas foram mortas extrajudicialmente e mais de 1500 ficaram feridas quando as forças de segurança reprimiram violentamente uma manifestação pacífica em Conakry. Milhares de manifestantes reuniram-se num estádio em resposta a um apelo feito por uma coligação de partidos políticos, sindicatos e organizações da sociedade civil para protestar contra a participação do presidente Camara nas eleições presidenciais agendadas para Janeiro de 2010. A Junta tinha proibido a manifestação.

■ 30 de Setembro, um soldado arrastou um homem ao longo da estrada principal de Bomboli antes de o esfaquear até à morte. O seu corpo foi deixado na estrada.

■ Também a 30 de Setembro, no bairro de La Cimenterie, Conakry, soldados envergando boinas vermelhas que procuravam um alegado apoiante da oposição esfaquearam até à morte a sua mãe, de 75 anos.

Impunidade

As forças de segurança continuaram a gozar de impunidade. A comissão nacional de inquérito criada em 2007 para investigar as graves violações dos direitos humanos ocorridas em 2006 e 2007 não realizou qualquer investigação.

Em Outubro, o Secretário-Geral da ONU criou uma Comissão Internacional de Inquérito (CII), apoiada pela UE e pela CEDEAO, para investigar os graves abusos dos direitos humanos, incluindo violações, cometidos pelas forças de segurança guineenses em Setembro. Em Dezembro, a CII apresentou o seu primeiro relatório ao Secretário-Geral da ONU. O relatório não foi oficialmente tornado público. O CII afirmou que era razoável concluir que os crimes cometidos a 28 de Setembro e nos dias seguintes eram passíveis de ser considerados crimes contra a humanidade. O CII concluiu ainda que existiam bases suficientes para atribuir responsabilidade criminal a algumas pessoas, incluindo o presidente Camara, o comandante Moussa Thégboro Camara, o Ministro dos Serviços Especiais, responsável pelo combate ao tráfico de droga e crime organizado, e o tenente Aboubacar Chérif Diakité, adjunto de campo do presidente e comandante da sua guarda pessoal.

Em Outubro, o Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu um inquérito preliminar para determinar se os crimes cometidos a 28 de Setembro estão sob a jurisdição do tribunal. No mesmo mês, a Junta criou uma comissão nacional de inquérito, a qual foi boicotada pelas organizações da sociedade civil locais.

Tortura e outras formas de maus-tratos

As forças de segurança cometeram rotineiramente actos de tortura e outras formas de maus-tratos, incluindo violações, espancamentos prolongados e esfaqueamentos. Além disso, os detidos eram mantidos em regime de isolamento em locais secretos.

■ Os soldados detidos em Janeiro (ver abaixo) foram espancados à chegada ao quartel da Ilha de Kassa. Foram despidos e forçados a deitar-se com as mãos atadas atrás das costas, após o que foram espezinhados e espancados.

■ As pessoas detidas após o massacre de Setembro no estádio foram torturadas em locais de detenção secretos. As pessoas que procuraram os corpos de familiares ou amigos foram detidas e espancadas em acampamentos militares.

Violência contra as mulheres

A violência sexual, incluindo a violação, era comum, principalmente após 28 de Setembro.

■ Dezenas de mulheres contaram à Amnistia Internacional que foram violadas em público no dia 28 de Setembro, no estádio, por militares, incluindo membros da Guarda Presidencial. Os registos médicos do hospital Donka, em Conakry, indicam que pelo menos 32 mulheres manifestantes foram violadas. Várias mulheres que foram detidas e transferidas para um centro de saúde depois de terem sido violadas voltaram a ser detidas. Foram mantidas sob detenção durante cinco dias, durante os quais foram drogadas e novamente violadas por elementos das forças de segurança.

■ O corpo de uma mulher detida a 28 de Setembro foi devolvida à família alguns dias depois, ostentando sinais de violência sexual e marcas de queimaduras feitas com um ferro.

■ Pelo menos duas mulheres que testemunharam perante a CII foram ameaçadas de morte após a partida da delegação da ONU, no início de Dezembro.

Defensores dos direitos humanos

Grupos da sociedade civil bem estabelecidos, incluindo a Organização Guineense dos Direitos do Homem (OGDH) e o Conselho Nacional de Organizações da Sociedade Civil, continuaram a trabalhar em prol dos direitos humanos, apesar dos riscos, ameaças e intimidações.

Após os acontecimentos de 28 de Setembro, a OGDH foi regularmente atacada na rádio e televisão nacionais.

■ Mouctar Diallo, vice-presidente do Observatório Nacional dos Direitos do Homem (ONDH), a comissão nacional dos direitos humanos da Guiné, foi detido a 26 de Novembro. Esteve detido no quartel de Alpha Yaya em Conakry antes de ser transferido para o centro de detenção PM III (Posto Militar III). Não foi formalmente acusado de qualquer crime e não foi autorizado a falar com um advogado. As autoridades informaram a Amnistia Internacional de que Mouctar Diallo era acusado de crime contra a segurança do Estado.

Detenções arbitrárias

Dezenas de pessoas foram detidas arbitrariamente. Continuava desconhecido o número de pessoas detidas a 28 de Setembro.

■ Em Janeiro, pelo menos 12 soldados, incluindo oficiais, foram detidos e mantidos sob custódia no quartel de Alpha Yaya sem serem acusados de qualquer crime. A maior parte tinha trabalhado para o antigo presidente Lansana Conté. Foram autorizados a receber a visita de familiares, mas não tiveram acesso a um advogado. Em Agosto, 11 foram transferidos para um centro de detenção na ilha de Kassa. Os homens vestiam apenas roupa interior e estavam atados com cordas. Em Kassa, foram torturados e maltratados (ver acima) e não foram autorizados a receber a visita de familiares. A 5 de Dezembro, foram transferidos para a prisão central de Conakry e a 27 de Dezembro para instalações geridas pela Brigada de Intervenção Rápida da polícia. Até ao final do ano ainda não tinham sido formalmente acusados de qualquer crime.

■ Quatro soldados, incluindo oficiais, foram detidos em Abril e mantidos sob custódia na ilha de Kassa sem culpa formada, até serem libertados em Dezembro.

■ No período que antecedeu a manifestação de 28 de Setembro, membros do Batalhão Autónomo de Tropas Aerotransportadas foram colocados em vários bairros de Conakry, incluindo Bomboli, Hamdalaye, Mapoto e Enco 5. A 29 de Setembro, levaram a cabo um raide em Bomboli e detiveram pessoas nas suas casas e nas ruas. Espancaram alguns dos detidos e colocaram-nos na parte traseira de veículos.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão, principalmente no caso de jornalistas que escreviam sobre as manifestações antigovernamentais ou que eram considerados hostis pelo CNDD, continuou a ser rotineiramente restringida. Jornalistas que trabalhavam para estações de rádio privadas foram intimidados e ameaçados. Alguns auto-censuraram-se e passaram a emitir música para evitar os raids das forças de segurança.

■ Em Agosto, Diarougba Balde, jornalista do website Kibarou, foi detido quando cobria uma manifestação contra o CNDD. Foi libertado algumas horas depois.

■ A 28 de Setembro, Moctar Bah e Amadou Diallo, correspondentes da rádio francesa RFI e da rádio britânica BBC, respectivamente, foram ameaçados e agredidos pelas forças de segurança quando cobriam uma manifestação contra o CNDD. Os militares obrigaram-nos a ajoelharem-se em frente a cadáveres. Os seus pertences foram confiscados e o seu equipamento foi esmagado.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

✉ Uma delegação da Amnistia Internacional visitou a Guiné em Novembro para levar a cabo pesquisas e manter conversações com as autoridades.

📄 Guiné: O que aconteceu aos civis e soldados cujo paradeiro se desconhece? (AFR 29/006/2009)

📄 Guiné: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU (AFR 29/007/2009)

📄 Guiné: Conhecidos pormenores da violência – Amnistia apela à criação de comissão internacional de inquérito, 30 de Setembro de 2009

📄 Guiné: Apelo à suspensão de transferências de armas militares e policiais, 8 de Outubro de 2009

📄 Guiné: Provas de novas detenções, perseguições e detenções ilegais por parte das forças de segurança, 3 de Dezembro de 2009